

O FACEBOOK DA BIBLIOTECA JURÍDICA/UERJ COMO ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: SOBRE VACINAÇÃO E AGROTÓXICOS

Angélica Ribeiro ¹
Marta Ferreira Abdala-Mendes ²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma ação no Facebook da Biblioteca Jurídica da UERJ como um campo de análise e atuação para a promoção da alfabetização científica pela divulgação científica. A partir da metodologia qualitativa de natureza interventiva, foram criadas duas postagens, aliando as questões das ciências naturais e as questões jurídicas: a obrigatoriedade da vacinação e a reformulação da legislação dos agrotóxicos. A primeira postagem enfatiza a vacina como uma atitude cidadã consciente quanto ao direito à saúde e ao dever de cuidar e prezar a saúde social. A segunda postagem promove um alerta de como as decisões políticas interferem em nosso cotidiano, como por exemplo, o projeto de lei que altera a legislação dos agrotóxicos. Pela ação empreendida, as duas postagens veicularam conhecimentos científicos com impactos sociais relevantes para o momento atual segundo aspectos tratados no âmbito do, tornando a biblioteca jurídica um veículo de divulgação científica para além de seus frequentadores presenciais.

Palavras-chave: Biblioteca universitária, Divulgação científica, Alfabetização científica, Facebook.

INTRODUÇÃO

As diferentes formas e meios para comunicar a ciência dependem do público a ser alcançado e dos vários sentidos que a divulgação científica tais como: a promoção da cultura científica, a democratização do acesso ao conhecimento científico e a promoção para a alfabetização científica (CHASSOT, 2003; OLIVEIRA, 2005; BUENO, 2010). Segundo Caribé (2013); Vicente (2015), a biblioteca é um meio para a promoção da divulgação científica (DC) para a sociedade. Nesse universo, a biblioteca universitária é um campo aberto de análise e atuação para a democratização do conhecimento científico em virtude de sua infraestrutura informacional como suporte aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela universidade e o público externo. Como Prado (2000, p.13) aponta: “(...) a universidade e a biblioteca,

¹ Especialização em Educação e Divulgação Científica do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ/campus Mesquita, angelribeiro201531@gmail.com

² Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ/campus Mesquita, marta.mendes@ifrj.edu.br

trabalhando na mais íntima reciprocidade, têm desempenhado a importantíssima função de preservar e disseminar o conhecimento”.

Ao considerarmos a biblioteca universitária como um espaço de organização e divulgação da produção do conhecimento, é pertinente considerar seus canais de comunicações como fontes de DC em meio ao grande potencial da internet. Dessa forma, propomos uma ação na Biblioteca de Ciências Sociais C (CCS/C) Reitor Antônio Celso Alves Pereira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) relacionada à divulgação de temas científicos e jurídicos para além do público interno universitário a partir especificamente do Facebook da biblioteca como meio para veicular ciência.

A escolha da biblioteca CCS/C justifica-se por fazer parte da Rede Sirius (Bibliotecas da UERJ) e possuir redes sociais na internet para facilitar a comunicação com seus frequentadores e também acesso remoto as bases de dados e aos serviços do sistema da biblioteca, inclusive por aplicativo de celular. O Facebook da biblioteca foi escolhido por ser atualmente a rede social abastecida com as informações de forma mais ágil e com maior acesso.

Para promovermos o Facebook da biblioteca CCS/C como veículo de DC, adotamos a metodologia qualitativa interventiva destinada à criação e à implementação de duas postagens para. Para essas publicações foram escolhidos dois temas atuais e de grande debate na sociedade: obrigatoriedade da vacinação e legislação dos agrotóxicos. A escolha desses assuntos se baseia em temas que têm grande impacto na vida das pessoas e estão sendo discutidos atualmente na mídia com muita frequência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Embora seja um campo em construção, a DC compreende variadas iniciativas de propagação do conhecimento científico voltadas para diferentes objetivos, tais como educacional, cívico e mobilização popular para o público em geral, contribuindo para o processo de alfabetização científica na medida em que apresenta um “(...) conjunto de conhecimentos que facilitariam aos homens e mulheres fazer uma leitura do mundo onde vivem” (CHASSOT, 2006, p.36) de forma a contribuir para a formação crítica de um indivíduo atuante socialmente.

Além dos espaços tradicionais para a DC, Caribé (2013) apresenta estudos realizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia sobre como o público percebe a ciência. Nesse estudo do MEC, as bibliotecas e os museus de ciências foram citados como espaços científicos e culturais utilizados pelas pessoas que buscam a informação científica. A autora

sugere a ampliação dos serviços da biblioteca convidando cientistas e pesquisadores para proferirem, em linguagem acessível, palestras e discussões sobre temas de ciência e tecnologia, uma vez que as bibliotecas públicas e universitárias são espaços que podem contribuir, também, para a alfabetização científica da sociedade (NASCIMENTO, 2016; SOUTO, 2014; VICENTE, 2015)

De acordo com Nascimento (2016), para a concretização da produção e a comunicação do conhecimento científico são necessárias algumas modificações nas relações entre a informação, a biblioteca e o público, uma vez que, ao longo do tempo, o público foi ampliado, passando somente de discentes, docentes e pesquisadores para toda pessoa que procura novos conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa mudança de público também sugere um maior planejamento e adequação de produtos e serviços, juntamente, com a capacitação das equipes que trabalham na unidade de informação.

Neste contexto, Nascimento (2016) sugere a inovação de produtos e serviços oferecidos pela biblioteca universitária através de recursos informacionais no ambiente físico e virtual, produzindo, disseminando e divulgando novos conhecimentos. Com isso, a biblioteca pode tornar-se de fato um espaço de produção e circulação de conhecimentos em ciência e tecnologia para todo o público (interno e externo). De acordo com a autora, a ciência e tecnologia nas universidades são difundidas pela área de comunicação e pelas bibliotecas. As bibliotecas universitárias têm como função a disseminação (entre pares) e a divulgação (público geral) dos conhecimentos gerados nas universidades.

Vicente (2015) destaca que seja qual for a especificidade da biblioteca, ela é um espaço apropriado e democrático onde o público pode participar de debates sobre diversos assuntos. A autora afirma que essa apropriação pública tanto pela sociedade quanto pelos bibliotecários não pode ser vista somente no ambiente da biblioteca física, mas também no espaço virtual.

Uma possibilidade atual de atuação para o DC é a internet, pelas plataformas de diversas redes sociais que transmitem, registram e compartilham informações, estimulando uma cultura participativa (VICENTE, 2015). Utilizar as redes sociais na internet (RSI) para a DC é uma forma de alcançar muitas pessoas e fazer com que os pesquisadores e seus trabalhos ganhem mais visibilidade, e sejam disponibilizados para a troca de informações e experiências, para a popularização de conteúdos não somente pelos portais institucionais, auxiliando a divulgação dos conhecimentos produzidos (BRITO; DEANI, 2015). No entanto, como afirma Vicente (2015, p.31) “... termos como Facebook, Twitter, Google, LinkedIn, Youtube, Instagram não frequentavam o nosso cotidiano, bem como no meio científico”.

Se no passado as RSI não faziam parte de nosso dia a dia, hoje temos uma realidade diferente. E para acompanhar esta evolução, a DC deve ser fomentada nesses espaços e meios como ambiente de diálogo com a sociedade conforme apontam os autores:

As RSI são destacadas pelo seu poder de divulgação e seu potencial para colaborar, mobilizar e transformar a sociedade. A divulgação científica busca democratizar o acesso quanto as pesquisas e descobertas da ciência, bem como incluir a sociedade no debate sobre temas científicos. As RSI vêm amplificar essa divulgação e as bibliotecas universitárias por estarem em meio acadêmico são ambientes férteis e propícios para divulgação científica (VICENTE, CORRÊA, SENA, 2015, p. 3).

Dessa maneira, o Facebook consagra-se como uma ferramenta para a comunicação da ciência. No entanto, pouco observamos seu potencial para a DC utilizado pelas instituições acadêmicas de forma a contribuir para a alfabetização científica do público, apesar de ser, na atualidade, uma rede social popular que reúne pessoas com interesses comuns e proporcionar troca de informações e experiências de forma quase automática.

Diante do exposto, ao considerarmos a visão de DC — com uma função bem mais ampla que vai além da ideia de suprir as lacunas de informação que as pessoas têm em relação à ciência e tecnologia (LORDELO; PORTO, 2012) — as bibliotecas podem contribuir com a democratização do conhecimento científico para incentivar e participar da alfabetização científica na sociedade.

METODOLOGIA

Para dar início às análises e posterior criação das postagens, foi solicitada a autorização para a realização da pesquisa e utilização dos dados à Direção da Unidade de Informação da Biblioteca CCS/C. Em seguida, realizamos um levantamento das postagens já realizadas no Facebook da Biblioteca CCS/C de 2013 (ano de primeira entrada na rede social) até 2018; reuniões com a coordenadora da biblioteca e com alguns professores de Direito para melhor compreender a relação das questões jurídicas e temas científicos escolhidos e estudos em fontes de informações jurídicas e científicas em sites oficiais, bases de dados etc.

Com base nesse levantamento inicial, elaboramos duas postagens sobre a obrigatoriedade da vacinação em função do movimento antivacina e um outro acerca do Projeto de Lei 6299/02 sobre a liberação de agrotóxicos, conhecido como "PL do Veneno". Na próxima sessão apresentamos a criação e desenvolvimento das duas postagens, com o título "Integrando o Direito e as Ciências Naturais".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tratar de temas científicos, não tem como deixar de mencionar a atual situação política brasileira, em que uma postura negacionista atinge uma parcela da população em relação aos conhecimentos já explicados e definidos pela ciência. Este posicionamento, com forte influência religiosa, incentiva as pessoas a enxergarem as explicações científicas de forma equivocada e por um único viés, em que há uma verdade global, única e imutável. A ciência não se determina pela produção de verdades absolutas, mas trabalha com a construção de explicações provisórias, baseadas em processos racionais contextualizados segundo aspectos sociais, históricos, políticos, culturais. Os padrões de produção conhecimento científico são postos à prova e podem ser substituídos/reformulados/descartados quando deixam de oferecer explicações consistentes ou mesmo mantidos em busca de avanços constantes (CHASSOT, 2013).

Em diversas ocasiões, observamos políticos eleitos, para atuarem em defesa dos interesses sociais, mostrarem despreparo ao falar da ciência nas grandes mídias, ou mesmo pouca preocupação em proteger o cidadão de substâncias danosas à saúde em função da lógica do mercado, como, por exemplo, o caso da legislação sobre a liberação de agrotóxicos. Dessa forma, torna-se imperativo promover e divulgar a ciência baseada em fatos, pesquisas, revisões que pretendem ajudar na elaboração de ações e políticas de interesse público e promovam a melhoria das condições sociais.

A partir das informações levantadas foi possível pensar em todas as partes constituintes das duas postagens (a primeira sobre o movimento antivacinação e a segunda sobre PL dos Agrotóxicos), tais como: conteúdo científico, fontes confiáveis, ilustração, estruturas e formas da parte escrita. Encaminhamos um e-mail para as comissões de Direito Ambiental e Direitos das Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para conhecer o posicionamento perante as questões do movimento antivacina e a liberação de agrotóxicos. Com o crescente volume de informações dispersas na internet, a preocupação foi buscar fontes e informações mais fidedignas. Sobre vacinação, acessamos o portal do Ministério da Saúde, FIOCRUZ, jornais de grande circulação e entrevista com médico reconhecido. As fontes utilizadas para os agrotóxicos foram o site da Câmara dos Deputados para verificar o andamento dos projetos de leis, portal do Planalto para acessar as leis vigentes, literatura em direito ambiental.

Para a elaboração das publicações, criamos as postagens na forma de histórias curtas pelo site *storyboardthat*, com um diálogo entre personagens de forma a estimular a reflexão acerca desses temas importantes. Nossa proposta com o diálogo de personagens é promover o entendimento da possibilidade de exercer a cidadania, ciente de seus deveres e direitos no dia a dia de nossas ações.

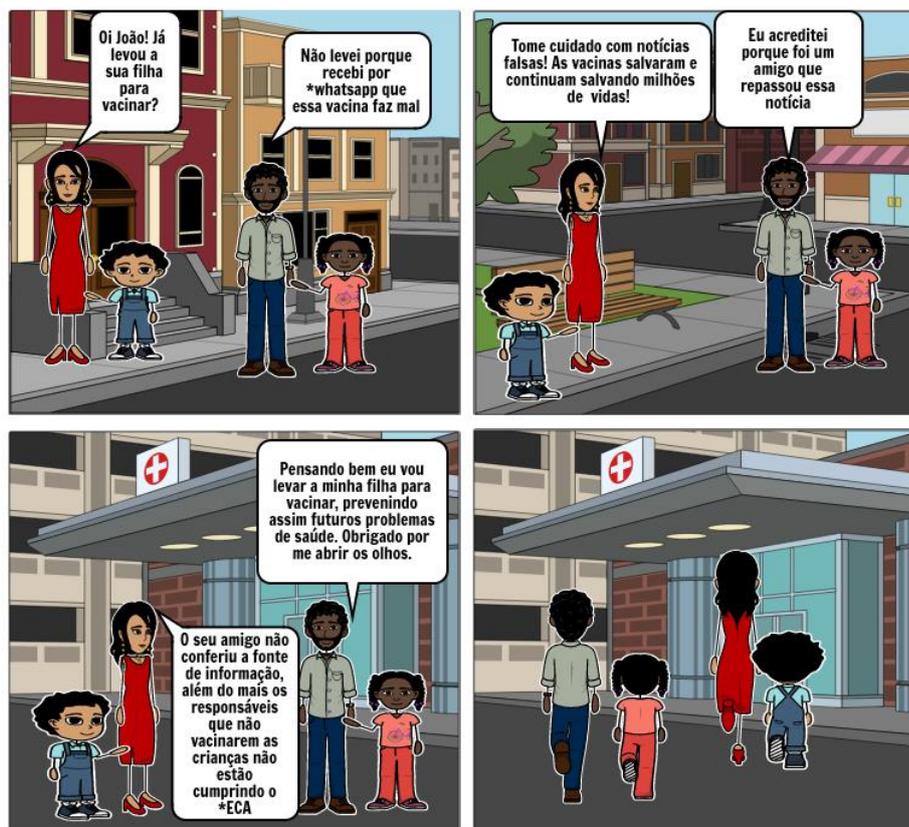
Primeira postagem: Movimento antivacinação

Abaixo segue o título; texto e a história em quadrinhos que compõem a primeira postagem:

INTEGRANDO O DIREITO E AS CIÊNCIAS NATURAIS

Segundo a OMS, 20 milhões de crianças não estão com as vacinas em dia para se protegerem do sarampo, difteria e tétano. Em 2017, por exemplo, o sarampo matou 110 mil pessoas. No Brasil, a cobertura da primeira dose da vacina contra o sarampo caiu de 99% para 84% nos últimos anos, sendo que para a proteção contra os surtos é preciso pelo menos 95%. Ou seja, as principais ferramentas usadas para prevenção dos surtos e a segurança da população infantil estão sendo ignoradas, embora conste no art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é “obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”. Um dos possíveis motivos para esta falta grave, podemos considerar a atuação dos movimentos antivacinação que estão de certa forma influenciando a decisão de muitos responsáveis.

Fonte: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/07/15/oms-alerta-para-estagnacao-na-taxa-de-vacinacao-internacional-20-milhoes-de-criancas-nao-estao-imunizadas.ghtml>



*O MINISTÉRIO DA SAÚDE DISPONIBILIZOU UM CANAL PARA A PESSOA VERIFICAR A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS
DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/FAKENWS](http://www.saude.gov.br/fakenews)

*ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)
DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCVIL_03/LEIS/L8069.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

Fonte: produzido pelas pesquisadoras.

Segunda postagem – PL dos Agrotóxicos

Abaixo segue o título; dois textos e a história em quadrinhos que compõem a segunda postagem:

INTEGRANDO O DIREITO E AS CIÊNCIAS NATURAIS

Apesar de o Projeto de lei 6.299/2002, que altera a lei 7.802/1989 referente aos Agrotóxicos, estar ainda para ser aprovado na Câmara dos Deputados, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem liberando diversas substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente. Só neste ano, já foi publicada no Diário Oficial da União a autorização de 410 novos registros de agrotóxicos. Na contramão, existe o Projeto de Lei 6.670/2016 sobre a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos que também está pronto para pauta no Plenário, mas não vemos tanto empenho em ser aprovado.

Fonte:

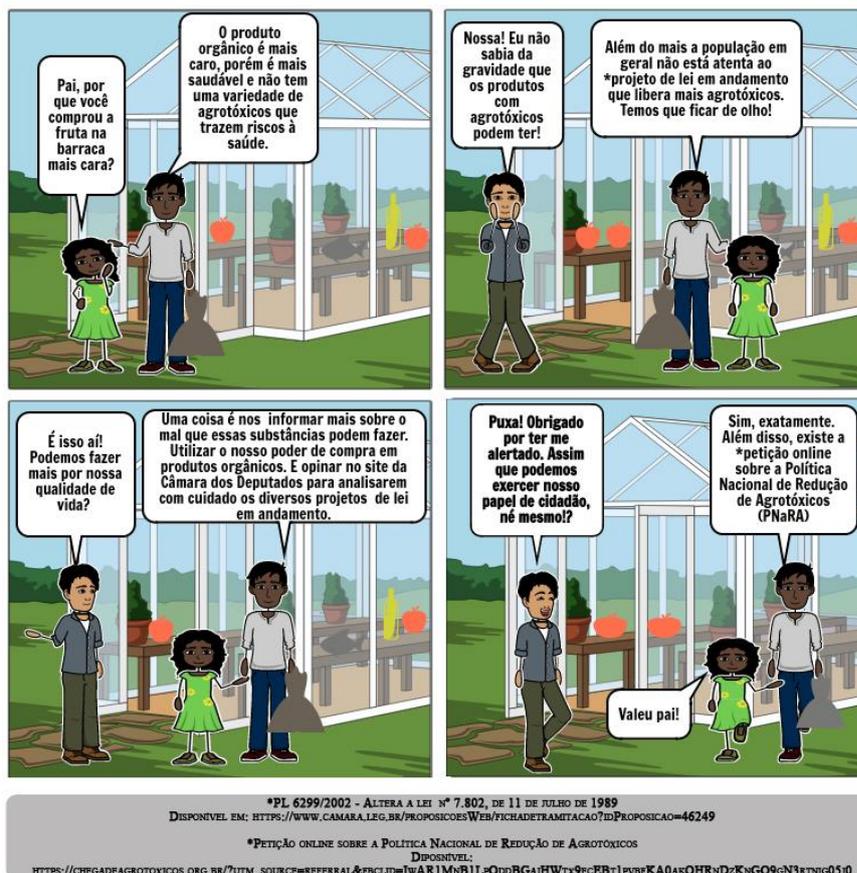
http://e.allin.contraosagrototoxicos.org/preview_htm.php?id_cmp=8039652&idem=5239&iu=8023&atmem=YW5nZWxyaWJlaXJvMjAxNTMxQGdtYWlsLmNvbQ==

Infelizmente o Brasil é considerado um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo (PL 6.670/2016). Porém como uma alternativa, o Projeto de Lei 6.670/2016 sobre a Política Nacional de

Redução de Agrotóxicos está tramitando no Congresso Nacional, com o objetivo de tentar impedir o Projeto de Lei 6.299/2002 que permite a liberação de mais agrotóxicos na prática. Vários órgão públicos importantes e organizações da sociedade civil se manifestaram contra o PL 6.299/2002, entre eles Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério Público Federal, Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Ibama, Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), INCA – Instituto Nacional do Câncer, Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil.

Fonte:

https://chegadeagrototoxicos.org.br/?utm_source=referral&fbclid=IwAR3e6m6Jqh3FBUKh5XjceRo57nXrpTPmEbzS_iS5DuNJ4BADto3iJ2mURI



Fonte: produzido pelas pesquisadoras.

Na primeira publicação, a mensagem tem como objetivo destacar a vacinação como uma atitude de um cidadão consciente, ou seja, algo que supera a proteção individual. Promover a conscientização da sociedade quanto aos direitos e deveres, neste caso o direito à saúde e o dever de procurar imunizar os filhos, é uma forma de contribuir para a diminuição da incidência da doença e colaborar para que outros grupos não sejam infectados. Já a segunda publicação é um alerta de como as decisões políticas interferem diretamente em nosso dia a dia como o projeto de lei que altera a legislação dos agrotóxicos. Dessa forma, aponta para a importância de acompanhar os projetos de lei e suas consequências para toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo atual, a divulgação científica tem buscado novas formas de articulação e de atuação realizada nas mídias sociais na internet, como o Facebook. A partir desta motivação, surgiu a ideia de investigar e promover a Biblioteca CCS/C - UERJ em um canal de DC a partir de suas mídias sociais. Essa proposta é vista como uma via de mão dupla, pois favorece não somente a biblioteca universitária, que passa a contar com mais uma linha de atuação, mas também a promoção da cultura científica da sociedade, a partir da apropriação de mais um espaço de DC para alcançar mais pessoas.

Por isso, consideramos a visão de DC, como nos aponta Lordelo e Porto (2012), com uma função bem mais ampla que vai além da ideia de suprir as lacunas de informação que as pessoas têm em relação à ciência e tecnologia ou formar cientistas. Nesse sentido, as bibliotecas configuram-se em espaços de democratização do conhecimento científico para incentivar e participar da alfabetização científica na sociedade.

Nossa pesquisa de natureza interventiva aponta, no entanto, aspectos que merecem cautela para que o conhecimento científico possa chegar até o público de forma acessível e correta nas RSI: quais informações divulgadas; como adaptar o conteúdo sobre ciência nas diferentes linguagens; como analisar os resultados e alcances e a dicotomia inerente nas RSI, que ao mesmo tempo informa e também propaga informações erradas, falsas, sem comprovação, opiniões pessoais.

REFERÊNCIAS

BASE de CONHECIMENTO. Agrotóxico mata: campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/> . Acesso em: 02 nov.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Combate às fake news sobre saúde pelo WhatsApp**. Disponível em:<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/vacine-se#fakenews> Acesso em: 02 out.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vacinação**. Disponível em: <https://web.facebook.com/VacinacaoMS/photos/a.183289858459805/2028628910592548/?type=3&th eater> Acesso em: 02 out.2019.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. especial, p. 1-12, dez. 2010.

BRANDÃO, J. PL do veneno é tema de palestra sobre nutrição: relação homem urbano e agricultor também foi explorada. **Informativo Led Especial 28 USM**. UERJ. Rio de Janeiro, set. 2018.

BRITO, V. B.; DEANI, M. Divulgação Científica nas redes sociais: breve olhar sobre o conteúdo jornalístico da Universidade do Estado do Amazonas no Facebook. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2015, Rio de Janeiro. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em:

<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2101-1.pdf> Acesso em: 02 jul.2019.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. O papel da biblioteca como espaço de divulgação científica. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, 25, 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em:

<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1545/1546> Acesso em: 16 ago.2020.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 4 ed. Ijuí: Ed. Unijui. 2006.

GLOBO. G1. Comissão da Câmara aprova projeto que regulamenta uso de agrotóxicos. 25 jun. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/06/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-regulamenta-uso-de-agrotoxicos.html> . Acesso em: 02 out.2019.

GLOBO. G1 Rio. RJ entra em alerta contra sarampo. Rio de Janeiro, 1 ago.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/01/rj-entre-em-alerta-contrasarampo-acao-preventiva-e-protocolo-do-ministerio-da-saude.ghtml> . Acesso em: 02 set.2019.

Governo Federal aprova 42 novos agrotóxicos e já chega a 249 só em 2019. Porto Alegre, 27 jun.2019. Disponível em: <https://agirazul.com/arquivos/7420> . Acesso em: 02 jul.2019.

Governo Bolsonaro libera mais 42 agrotóxicos hoje. Agrotóxico mata: campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. 24 jun. 2019. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/governo-bolsonaro-libera-mais-42-agrotoxicos-hoje/> . Acesso em: 02 jul.2019.

LORDÊLO, F. S.; PORTO, C. M. Divulgação científica e cultura científica: Conceito e aplicabilidade. **Rev. Ciênc. Ext.** v.8, n.1, p.19, 2012.

NASCIMENTO, M. M. **Bibliotecas universitárias: cenários de divulgação científica?**. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – UNICAMP, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, M. de. Origens e evolução da ciência da informação. In: **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PORTO, C. de M (org.) **Difusão e cultura científica: alguns recortes** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

PRADO, H. de A. **Organização e administração de bibliotecas**. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

Projeto de Lei 6299/2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249> Acesso em: 02 out.2019.

RUPRECHT, T. Vacina tríplice viral não causa autismo (nem em crianças suscetíveis). Saúde, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/familia/vacina-triplice-viral-nao-causa-autismo-nem-em-criancas-suscetiveis/> . Acesso em: 14 out.2019.

SOUTO, L. F. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: **Interciência**, 2014.

VARELLA, D. Comenta volta do sarampo ao Brasil e vacinação. *Fantástico*, Rio de Janeiro, 24 mar. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7482408/\AZSW2> . Acesso em: 08 nov.2019.

VICENTE, N. I. **O uso do twitter e facebook para divulgação científica: um estudo netnográfico em perfis de bibliotecas universitárias federais do Sul do Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina.

VICENTE, N.; CORRÊA, E. C. D.; SENA, T. **A divulgação científica em redes sociais na internet: proposta de metodologia de análise netnográfica**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 16, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017556/fd01d56c85b57cd8d5523c5450785557> . Acesso em: 02 jul.2020.